



Câmara dos Deputados

Procuradoria da Mulher
Coordenação da Bancada Feminina

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

**Secretaria da Mulher
da Câmara dos Deputados
(2013/2014)**

Brasília | 2015



Câmara dos
Deputados

Procuradoria da Mulher
Coordenação da Bancada Feminina

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

**Secretaria da Mulher
da Câmara dos Deputados
(2013/2014)**

Brasília | 2015

Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados

Coordenação da Bancada Feminina

Coordenadora

Deputada Jó Moraes (PCdoB-MG)

Coordenadoras-Adjuntas

Deputada Rosane Ferreira (PV-PR)

Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)

Deputada Érika Kokay (PT-DF)

Procuradoria da Mulher

Procuradora

Deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA)

Procuradoras-Adjuntas

Deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL)

Deputada Gorete Pereira (PR-CE)

Deputada Liliam Sá (PROS-RJ)

Projeto gráfico, diagramação e capa

Roberto Camara

Prefácio

A participação política da mulher se consolidou nas últimas décadas como uma realidade crescente e irreversível. No Parlamento, a eleição e a atuação das mulheres agregaram qualidade e uma nova visão ao trabalho legislativo. Em razão disso, nos últimos anos, o Congresso e, especialmente, a Câmara dos Deputados, têm multiplicado os instrumentos institucionais para dar voz e tornar efetivo o trabalho desenvolvido pelas parlamentares e mulheres de outros setores.

O resultado foi a criação em 2009 da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados; e, em 2013, durante minha gestão como presidente da Câmara, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. A procuradoria tem, entre suas atribuições, atender denúncias de violência e discriminação contra a mulher e fiscalizar a execução de programas de igualdade de gênero.

Já a secretaria permitiu a formalização de espaços e recursos para a atuação da Bancada Feminina e da Procuradoria da Mulher. A resolução que criou a secretaria também oficializou a presença da coordenadora dos Direitos da Mulher (Bancada Feminina) nas reuniões do Colégio de Líderes, com direito a voto, e o uso do horário de liderança nas sessões do Plenário.

Essas são medidas de reconhecimento à importância do trabalho desenvolvido pelas deputadas na atividade legislativa e parlamentar. É uma conquista das próprias mulheres que têm aumentado sua representação política não só no Parlamento, mas em todas as áreas do setor público ou privado.

O profissionalismo, a dedicação e a experiência de cada uma das parlamentares que compõem a bancada feminina da Câmara, representando milhões de mulheres brasileiras, têm imprimido um novo perfil ao parlamento brasileiro, tornado o mais igualitário e mais representativo e, portanto, mais democrático.

Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados

Apresentação



Em julho de 2013, os deputados e as deputadas federais, na gestão do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, aprovaram o PRC 202/2013, que criou a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados – uma estrutura que passou a integrar a Procuradoria da Mulher, criada em 2009, e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, que representa a Bancada Feminina.

A medida trouxe mecanismos importantes para a representação feminina, como a presença da Coordenadora dos Direitos da Mulher (eleita pela Bancada Feminina) nas reuniões do Colégio de Líderes, com direito à voz, voto e a fazer uso do horário de liderança nas sessões plenárias – um avanço para a representação feminina na Câmara dos Deputados.

Nos últimos trinta anos, a participação da mulher no parlamento brasileiro foi pequena, tornando a sub-representação feminina uma realidade histórica que destoava do importante papel e responsabilidade que as mulheres assumiram na sociedade. De acordo com os últimos dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres compõem 51,5% da população brasileira e são também a maioria do eleitorado. Porém, na Câmara

dos Deputados, representam apenas 8,6% do número de parlamentares, o que coloca o Brasil na 156ª posição em um ranking com 188 países que avaliou a participação de mulheres no poder legislativo.

Por isso, consideramos a criação da Secretaria da Mulher uma conquista de todas as mulheres brasileiras, que agora encontram um espaço para ampliar suas vozes e a luta pelos interesses de todas nós. Dessa forma, engajadas na busca por transparência e responsabilidade, preparamos este Relatório de Atividades para prestar contas à população das principais ações que desenvolvemos desde a criação da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Deputada Jô Moraes
Coordenadora da Bancada Feminina

Deputada Elcione Barbalho
Procuradora da Mulher

Sumário

Sobre a Secretaria da Mulher.....	13
Serviços Prestados – Ações de Enfrentamento à Violência e Discriminação.....	19
Projetos Especiais – Campanha Mulher, Tome Partido	31
Projetos Especiais – Cuidado com a Saúde da Mulher	37
Serviços Prestados – Acompanhamento Legislativo.....	47
Projetos Especiais – Curso de Formação em Gênero: “Gênero e Atuação Legislativa”.....	51
Projetos Especiais – Seminário Quintas Femininas	55
Projetos Especiais – Concursos	59
Projetos Especiais – Relações Internacionais	65
Reuniões para Estruturação da Secretaria da Mulher e Ações Gerais	69
Anexo I – Resolução 31, de 10 de julho de 2013 RESOLUÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 31, DE 2013.....	73
Anexo II – Proposições de interesse das mulheres que se tornaram lei na 54ª Legislatura	79
Anexo III – Bancada Feminina da 54ª Legislatura (2011-2015).....	85

Sobre a Secretaria da Mulher

As duas últimas legislaturas da Câmara dos Deputados, que vão de 2007 a 2015 foram marcadas por importantes conquistas institucionais para a bancada feminina. Em 21 de maio de 2009, pela Resolução n.º 10, foi criada a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados, uma iniciativa inédita do parlamento brasileiro. Foi o primeiro ato concreto de institucionalização de um órgão voltado à promoção da igualdade de gênero na Câmara dos Deputados.

Entre suas atribuições regimentais estavam o recebimento e encaminhamento de denúncias de violência e discriminação contra a mulher; fiscalização e acompanhamento de programas do governo federal que visem à igualdade de gênero; cooperação com organismos nacionais e internacionais voltados às políticas sobre o tema; bem como a promoção de estudos e pesquisas sobre violência, discriminação e o déficit de mulheres na representação política.

As deputadas federais já atuavam coletivamente por meio da Bancada Feminina que, embora sem previsão regimental, articulavam sua atividade em sintonia com os movimentos feministas a partir da atuação da conhecida como “Bancada do Batom”, durante a elaboração da Constituição de 88. Na última década, período em que foi conquistada a Lei 11.340/06, cuja relatora foi a Deputada Jandira Feghali, ampliou-se a articulação da bancada. De 2006 a 2007, a Bancada Feminina foi coordenada pela deputada Iara Bernardi (PT-SP); de 2007 a 2008 pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP); de 2008 a 2009 pela deputada Sandra Rosado (PSB-RN); de 2009 a 2010 pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA); de 2010 a 2013 pela deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP).

Em 2013, para ampliar os espaços e os recursos destinados às atividades de promoção da igualdade de gênero, a Câmara dos Deputados aprovou a Resolução 31, de 12 de julho de 2013, criando a Secretaria da Mulher – uma estrutura institucional que uniria a Bancada Feminina e a Procuradoria da Mulher, que embora distintas, passariam a contar com suporte da estrutura congressual (RICD, Cap. II-A, Art. 20-A a 20-E).

Com a criação da Secretaria da Mulher, foi realizada eleição para os quadros dos dois órgãos, sendo eleitas, em 2013, as deputadas Jô Moraes (PCdoB-MG) para ocupar o cargo de coordenadora da Bancada Feminina e as coordenadoras-adjuntas Rosane Ferreira (PV-PR); Flávia Moraes (PDT-GO); e Érika Kokay (PT-DF). Na mesma eleição foram escolhidas as novas Procuradoras. Foram eleitas as deputadas Elcione Barbalho (PMDB-PA) para o cargo de Procuradora da Mulher, junto das procuradoras-adjuntas, deputadas Rosinha da Adefal (PTdoB-AL); Gorete Pereira (PR-CE); e Liliam Sá (PROS-RJ).

Desde então, com uma estrutura própria e institucionalizada as atividades da Secretaria da Mulher foram intensificadas. Dentre as atribuições dos dois órgãos, estão:

Competências da Procuradoria da Mulher:

Zelar pela participação das deputadas nos órgãos e nas atividades da Câmara dos Deputados, além de: I – propor medidas destinadas à preservação e à promoção da imagem e da atuação da mulher na Câmara dos Deputados e no Poder Legislativo; II – receber, examinar denúncias de violência e discriminação contra a mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes; III – fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo federal que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como à implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito nacional; IV – cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a mulher; V – promover pesquisas e estudos sobre direitos da mulher, violência e discriminação contra a mulher, e sobre o déficit da sua representação na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às Comissões da Câmara dos Deputados; VI – receber convites e responder a correspondências destinadas à Procuradoria da Mulher; VII – atender autoridades, no âmbito da sua competência, especialmente parlamentares mulheres e suas delegações nacionais e internacionais, em suas visitas à Câmara dos Deputados e também encaminhar suas demandas aos órgãos competentes; VIII – participar, juntamente com a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, de solenidades e eventos internos na Casa que envolvam políticas para a valorização da mulher; IX – representar a Câmara dos Deputados em solenidades e eventos nacionais ou internacionais especificamente destinados às políticas para a valorização da mulher, mediante designação da Presidência da Câmara.

Competência da Coordenadoria dos Direitos da Mulher (Bancada Feminina):

I – participar, com os Líderes, das reuniões convocadas pelo Presidente da Câmara dos Deputados, com direito a voz e voto; II – usar da palavra, pessoalmente ou por delegação, durante o período destinado às Comunicações de Liderança, por 5 (cinco) minutos, para dar expressão à posição das deputadas da Casa quanto à votação de proposições e conhecimento das ações de interesse da Coordenadoria; III – receber convites e responder a correspondências destinadas à Coordenadoria; IV – convocar periodicamente reunião

das deputadas da Casa para debater assuntos pertinentes à Coordenadoria; V – elaborar as prioridades de trabalho e o calendário de reuniões a ser aprovado pela maioria das deputadas da Casa; VI – organizar e coordenar o programa de atividades das deputadas da Casa; VII – constituir e organizar os grupos de trabalho temáticos; VIII – examinar estudos, pareceres, teses e trabalhos que sirvam de subsídios para suas atividades; IX – atender autoridades, no âmbito da sua competência, especialmente parlamentares mulheres e suas delegações nacionais e internacionais, em suas visitas à Câmara dos Deputados e também encaminhar suas demandas; X – promover a divulgação das atividades das deputadas da Casa no âmbito do Parlamento e perante a sociedade; XI – participar, juntamente com a Procuradoria da Mulher, de solenidades e eventos internos na Casa que envolvam políticas para a valorização da mulher; XII – representar a Câmara dos Deputados em solenidades e eventos nacionais ou internacionais especificamente destinados às políticas para a valorização da mulher, mediante designação da Presidência da Câmara dos Deputados.

Serviços Prestados
Ações de Enfrentamento à
Violência e Discriminação

Ações de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher



Comissão Geral no Plenário Ulysses Guimarães para tratar da violência contra a mulher (2013)

- **Comissão Geral sobre o Enfrentamento à Violência contra a Mulher (04/12/2013)**

O combate à violência contra a mulher foi um dos temas mais explorados nas pela Bancada Feminina na 54ª legislatura. Pesquisas publicadas de 2011 a 2014 mostraram o quanto a violência de gênero está arraigada na sociedade brasileira. De acordo com o Mapa da Violência 2012, uma mulher morre a cada uma hora em meia no Brasil. Uma situação que merece um enfrentamento ostensivo do poder público.

Na Câmara dos Deputados, ações diversas chamaram a atenção para o tema. Uma delas foi a Comissão Geral sobre o Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que recebeu parlamentares, autoridades da área e representantes da sociedade civil para debater o tema.

- **Sessão Solene Conjunta do Congresso Nacional para dar início aos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher (19/11/2014)**

No ano seguinte, 2014, o Congresso Nacional realizou uma sessão solene para dar início a uma série de atividades que buscaram sensibilizar parlamentares e a sociedade sobre os diferentes tipos de violência a que a mulher está submetida.



Mesa da Sessão Solene do Congresso Nacional (2014)

- **Campanha dos “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres” (2013 e 2014).**

A campanha realizada em conjunto com as organizações da sociedade civil reforça o combate à violência doméstica. A campanha teve origem em 1991, quando 23 mulheres, de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres, lançaram a Campanha dos 16 dias de ativismo com o objetivo de promover o debate e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres no mundo. Ficou estabelecido que a abertura da Campanha seria no dia 25 de novembro – declarado pelo I Encontro Feminista da América Latina e Caribe (em 1981) como o dia Internacional de Não Violência Contra as Mulheres – e finalizando no dia 10 de dezembro – dia Internacional dos Direitos Humanos.

Atividades da campanha no Brasil em 2013

21/11/2013 – Seminário Quintas Femininas

Tema: Violência contra a mulher negra, em alusão ao Dia da Consciência Negra (20).

Palestrantes: Bruna Cristina J. Pereira – Pesquisadora do NEPEM/UnB
Mônica Oliveira Gomes – SEPPIR

22/11/2013 – Vídeo “Curtas às Sextas”

Tema: O Corpo Feminino

Debatedora: Aida Rodrigues Feitosa (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial)

26/11/2013 – Ato Público

Ato de divulgação da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres – Local: Hall da Taquigrafia, Anexo 2, Câmara dos Deputados.

26/11/2013 – Apresentação Cultural com o Grupo Maria vai Casoutras. Local: Hall da Taquigrafia, Anexo 2, Câmara dos Deputados



Apresentação da banda feminina no Hall da Taquigrafia

28/11/2013 – Seminário Quintas Femininas

Tema: Violências silenciadas e silenciosas: um olhar ao redor

Palestrantes: Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida – Professora Doutora do Departamento de Sociologia da UnB e Coordenadora do NEPeM/UnB; Ana Carolina Barbosa – União Brasileira de Mulheres

29/11/2013 – Vídeo “Curtas às Sextas”

Violência contra a mulher no Distrito Federal

Debatedora: Ana Carolina Barbosa (UBM)

De 05 a 20/12/2013: Exposição Fotográfica

Tema “Mulheres: cotidiano e violência na construção de Brasília”

A exposição “Mulheres: cotidiano e violência na construção de Brasília (1957/58)” retomou o tema da construção da nova capital, destacando uma perspectiva um tanto negligenciada pela narrativa oficial, qual seja, a da violência contra mulheres. Foram apresentados como opostos contrastantes e complementares, o cotidiano revelado pelas fotografias e o cotidiano obliterado – porém, documentado – das ocorrências policiais registradas entre os anos de 1957 e 1958. Tanto as fotografias quanto as ocorrências policiais

compõem parte do acervo documental do Fundo NOVACAP do Arquivo Público do DF.

As ocorrências apresentadas foram retiradas de um livro-ata da IIª Divisão de Segurança Pública, composto por 100 folhas e 326 registros de ocorrências, compreendendo um período de cinco meses entre 1957 e 1958. Do total de ocorrências deste volume, 34 envolvem mulheres.

A incidência de violência no âmbito doméstico já podia ser observada como preocupante nos primeiros anos da construção de Brasília. No período analisado, um terço dos registros de violência contra mulheres se configuram como violência doméstica. Isso significa que a cada dois meses, em média, teriam sido registrados três casos desse tipo de violência em Brasília. Local: Corredor da Secretaria da Mulher, Anexo 4, Subsolo, Câmara dos Deputados

10/12/2013 – Encerramento da Campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres” com parceiros.

O Show “Mulher de Lei”, do cordelista cearense Tião Simpatia, encerrou, no dia 10 de Dezembro, às 19h, em Brasília, as atividades realizadas durante os 16 Dias de Ativismo pela Eliminação da Violência contra as Mulheres e celebrou o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

O evento foi realizado pela ONU Brasil, dentro da campanha do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres, e contou com a parceria do Instituto Maria da Penha, da Procuradoria da Mulher do Senado e da Câmara dos Deputados, da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, da Secretaria de Estado de Mulher do Distrito Federal e da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

O show, para cerca de 200 pessoas, teve cerimonial de abertura com o grupo “Trio à Brasileira” e a presença de representantes dos órgãos citados, incluindo a convidada de honra Sra. Maria da Penha Maia Fernandes. Durante o evento, a Sra. Maria da Penha e as parlamentares assinaram adesão oficial à Campanha UNA-SE.



Deputados participaram da campanha. Da esquerda para a direita: Deputada Benedita da Silva, deputado Amauri Teixeira e Iara Bernardi.

10/12/2013 – Encerramento das Atividades pelos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Houve o lançamento do Jogo da Mulher (baralho temático) e atividades culturais em parceria com a ONU Mulheres, na Funarte, Sala Cassia Eller, com a presença de Maria da Penha. Na oportunidade, a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados assinou publicamente a adesão à campanha do Secretário Geral das Nações Unidas pelo Fim da Violência contra a Mulher.



Deputada Iriny Lopes
(PT - ES)



Deputada Keiko Oto
(PSB - SP)



Deputada Flávia Moraes
(PDT - GO)

- **Acompanhamento do Caso de Karla Porto, assassinada pelo marido em Formosa/GO Comissão Externa**

Em 16 de outubro de 2013, uma comissão externa de parlamentares da Comissão de Seguridade Social e Família e integrantes da Bancada Feminina da Câmara foram à cidade de Formosa, em Goiás, para acompanhar a investigação e o julgamento de Paulo Cesar Freire Loyola, acusado de assassinar a facadas a ex-companheira, Fernanda Karla Porto, em novembro de 2011, diante do filho de três anos de idade.

A irmã da vítima, Iara Porto, pediu ajuda à Bancada Feminina e alertou para o risco de absolvição de Loyola, cujo julgamento está previsto para sexta-feira (18). Segundo Iara Porto, os casos de violência contra a mulher ainda são comuns nas famílias da região.

Levantamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher confirmou que Formosa é a cidade com maior índice de violência contra a mulher no estado de Goiás. No ranking nacional, é a 20ª cidade mais violenta, com taxa de 14 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres. A média nacional é de 4,4 assassinatos.

Foi feita a entrega do relatório da CPMI da Violência contra a mulher e realizada uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Formosa.



Audiência Pública na Câmara Municipal de Formosa (GO)

- **Acompanhamento do Caso de Mara Rúbia, violentada pelo marido em Goiânia/GO**

05/11/2013 – Após relato da Sra. Mara Rúbia, vítima de tentativa de homicídio pelo ex-marido, a própria vítima, sua advogada, a Dra. Darlene Liberato, e a Diretora do CEVAM, Maria das Dores Dolly Soares, foram levadas aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.



Bancada Feminina recebe Mara Rúbia e interrompe sessão do Plenário, para dar visibilidade ao ato de violência cometido

06/11/2013 – Audiência da Bancada Feminina, no Palácio da Justiça, com o Ministro José Eduardo Cardoso, para denunciar a gravidade do caso Mara Rúbia. A vítima e sua advogada foram levadas para a audiência junto com os Presidentes Henrique Eduardo Alves (Câmara dos Deputados) e Renan Calheiros (Senado Federal).



Audiência da Bancada Feminina com o Ministro da Justiça

Comissão Externa

Após a reunião com o Ministro da Justiça, uma comissão externa composta por senadoras e deputadas da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados reuniu-se dia 12 de novembro de 2013 com o governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, para tratar do caso da operadora de caixa, Mara Rúbia Guimarães, que foi torturada e teve os olhos perfurados pelo ex-marido.

Às 14h30, a comissão se reuniu com o procurador-geral de Justiça de Goiás, Lauro Machado Nogueira, Mara Rúbia e sua advogada, Darlene Liberato.

Segundo Darlene Liberato, advogada de Mara Rubia, a vítima, antes do crime, esteve em sete delegacias, pediu e teve negada medida protetiva. As parlamentares também cobrarão do Ministério Público explicações acerca do fato de o promotor designado para cuidar do caso ter emitido parecer aconselhando a justiça a desqualificar o caso de tentativa de homicídio para lesão corporal.



Deputadas e representantes de movimentos de mulheres com o governador de Goiás, Marconi Perillo.



Deputadas e representantes de movimentos de mulheres com o procurador-geral de Justiça de Goiás, Lauro Machado Nogueira

14/11/2013 – Envio de ofício ao Procurador Geral da República (Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público) Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros a fim de esclarecimentos diante da postura contraditória do Ministério Público de Goiás com o posicionamento do Juiz Wilson Bicudo e da delegada Ana Elisa Martins que entenderam o caso Mara Rúbia como tentativa de homicídio triplamente qualificada e não lesões corporais de natureza gravíssima.

- **Entrega do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher (CPMI/VCM)**

27/08/2013 – Solenidade de entrega do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher (CPMI/VCM) à Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff.

O texto final, de mil páginas, é resultado de um ano e meio de trabalho, que envolveu 24 audiências públicas em 18 estados e analisou mais de 30 mil laudas de documentos.

O relatório traz um diagnóstico da violência e do enfrentamento do problema em todo o País e apresenta 73 recomendações às diferentes esferas de governo. O texto destaca que, nas três últimas décadas, 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, o que coloca o País na sétima posição em assassinatos de mulheres no mundo.

A CPMI apresentou doze projetos de lei e um projeto de lei complementar para conter esse tipo de violência no País. Entre outras medidas, cria a figura do feminicídio como agravante do crime de homicídio e muda a Lei dos Crimes de Tortura (9.455/97). A proposta classifica como tortura a submissão de alguém à violência doméstica e familiar.



Entrega do Relatório da CPMI da Violência contra a Mulher à Presidenta Dilma Rousseff

Projetos Especiais
Campanha Mulher, Tome Partido

- **“Mulher, Tome Partido. Filie-se!”**

Uma das primeiras ações das deputadas federais após a criação da Secretaria da Mulher foi a solicitação de um planejamento de campanha que incentivasse o processo de filiação de mulheres e garantisse visibilidade e condições para que mais mulheres possam participar de diferentes pleitos eleitorais. A campanha, intitulada “Mulher, Tome Partido. Filie-se” foi elaborada pela equipe de Comunicação Social da Secretaria da Mulher em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados. Em seguida, a Procuradoria da Mulher do Senado Federal ingressou como parceira na proposta. Graças à atuação conjunta, a campanha foi capaz de sensibilizar deputados e senadores para aprovar mudanças na minirreforma eleitoral, que permitisse que o Tribunal Superior Eleitoral desenvolvesse campanhas publicitárias para incentivar que mais mulheres fizessem parte da política partidária. A campanha iniciou com peças publicitárias desenvolvidas por todos os três Poderes da República.



Eventos simultâneos chamaram a atenção sobre a importância da paridade de gênero na política

Memória de Reuniões

21/08/2013 – Audiência para entrega do Plano de Comunicação da Campanha de Filiação de Mulheres. Na ocasião solicitou-se o apoio da Ministra Carmen Lúcia para a campanha e a realização de uma reunião com os líderes de partidos políticos. Audiências com a Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a Sra. Helena Maria de Freitas Chagas, e com o Presidente da EBC, o Sr. Nelson Breve.



Reunião na Empresa Brasil Comunicação para veiculação da campanha “Mulher, Tome Partido”, em todos os veículos de comunicação do Governo Federal.

29/08/2013 – Audiência pública da Bancada Feminina e das Procuradorias da Mulher da Câmara e do Senado Federal com as representantes dos diretórios femininos dos partidos políticos para discutir a participação feminina nas eleições e a campanha de filiação suprapartidária.

10/09/2013 – Ato de lançamento da campanha “Mulher, tome partido. Filie-se!” no Hall da Taquigrafia.

11/12/2013 – Lançamento do Livreto “+ Mulher na Política” – Campanha “Mulher, Tome Partido!”.

O livreto Mais Mulher na Política, primeira produção da Procuradoria da Mulher do Senado, em parceria com a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, foi lançado dia 11/12/2013, no Salão Nobre do Senado Federal.

A produção teve como objetivo mostrar a baixa presença da mulher na política e marcar a segunda fase da campanha “Mulher, Tome Partido!”, movimento de conscientização das mulheres para que ocupem cada vez mais os espaços na política.

O estudo comparativo realizado pela equipe de consultores do Senado e da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, revelou que dos 188 países

avaliados, o Brasil ocupa a 156ª posição – só na América, dos 34 países, o Brasil está na 30ª. Constatou-se que essa baixa colocação resulta no descumprimento da lei eleitoral, que prevê equidade de gênero nas disputas eleitorais (Lei 9096/1995).

O estudo mostra também que os países que mantêm um incentivo dos próprios partidos há a presença mais efetiva da mulher na política, assim como os países que possuem um sistema eleitoral de lista fechada com regra de alternância de gênero, como o caso da Finlândia, possui 43% de representação feminina no Parlamento. Concluiu-se então que o país necessita urgentemente de uma reforma política democrática e inclusiva para tornar o Poder Legislativo um retrato mais fiel da diversidade social do país.

19/03/2014 – Lançamento da Campanha do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a pedido da Bancada Feminina, para incentivar que mais mulheres filiem-se a um partido político e participem das eleições. O lançamento ocorreu no Plenário do Senado Federal com a presença do Presidente do TSE, ministro Marco Aurélio de Mello.



Reunião da Bancada Feminina com a então Presidente do TSE, Ministra Carmen Lúcia, para dar início à campanha publicitária.



Lançamento da campanha por mais mulheres na política, que foi ao ar em toda a cadeia nacional de rádio e televisão, com a participação do Presidente do TSE em 2014, Ministro Marco Aurélio de Mello.

Projetos Especiais
Cuidado com a Saúde da Mulher

- **Outubro Rosa 2013**

O movimento popular internacionalmente conhecido como Outubro Rosa é comemorado em todo o mundo. O nome remete à cor do laço rosa que simboliza, mundialmente, a luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, empresas e entidades. Este movimento começou nos Estados Unidos, onde vários Estados tinham ações isoladas referente ao câncer de mama e ou mamografia no mês de outubro, posteriormente com a aprovação do Congresso Americano o mês de Outubro se tornou o mês nacional (americano) de prevenção do câncer de mama.



Acendimento das luzes cor-de-rosa no Congresso Nacional, com a banda feminina Batalá e a presença das deputadas federais, senadoras, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros.

Memória de Reuniões

01/10/2013: Lançamento da exposição “Recomeço”, organizada pela Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília (Recomeçar), às 18h, no Senado Galeria, seguida da iluminação do Congresso Nacional.

A exposição “Recomeço”, patrocinada pela Caixa Econômica Federal e promovida pela Secretaria de Estado da Saúde do DF, retrata 20 mulheres associadas à Recomeçar que tiveram a mama reconstruída após mutilação decorrente do tratamento contra o câncer de mama. Mulheres que resgataram a autoestima, a feminilidade e a confiança.

A mostra teve como objetivo apresentar uma abordagem inovadora do tema, pois explora as imagens com um olhar editorial de moda, aliado a breves depoimentos que mostram às mulheres que o câncer de mama não é o fim e sim um recomeço de vida. O objetivo das organizadoras foi afirmar e ilustrar as possibilidades de reinício de uma vida plena após a percepção inicial de

mutilação que a mastectomia produz no imaginário feminino, contribuindo para a diminuição do tabu em torno da doença e colaborando para o aumento da procura pelo diagnóstico precoce. As fotos foram feitas por Tatiana Gama.

18/10/2013: Bate-papo “Mitos e Verdades sobre o Câncer de Mama”, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o Dr. Martinho Cândido de Albuquerque dos Santos, médico do Senado Federal e a Dra. Valeska Marques de Menezes, médica da Câmara dos Deputados.

19/11/2013 – Desfile com Modelos *Plus Size* (Projeto que agrega mais de 5 mil mulheres no Distrito Federal para promover cuidados à saúde e campanhas para melhora da autoestima).



Local: Hall da Taquigrafia, Anexo 2, Câmara dos Deputados.

20/11/2013 – Roda de Capoeira de Mulheres – Instituto UCDF

Local: Hall da Taquigrafia, Anexo 2, Câmara dos Deputados.

20/11/2013 – A voz da Liberdade – Danila Dands (Integrante do projeto “Crack, Tô Fora”, que dá palestra a jovens mulheres sobre os perigos do crack em escolas públicas).



Ato com Danila Dans. Ao fundo as deputadas Janete Rocha Pietá e Erika Kokay.

Local: Hall da Taquigrafia, Anexo 2, Câmara dos Deputados.

Ações Paralelas

- **Recepção para associadas da FEMAMA**

27/11/2013 – Na quarta-feira, 27 de novembro, deputadas da Bancada Feminina receberam representantes de 53 ONGs, de 16 estados brasileiros e Distrito Federal, associadas à Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA).

O evento aconteceu no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, às 16h30, com a participação de parlamentares que compõem a Frente Parlamentar de Combate ao Câncer, de instituições filantrópicas que trabalham com questões relacionadas à saúde da mulher.

A FEMAMA é uma entidade sem fins lucrativos, que há sete anos se dedica ao engajamento e ativismo em políticas públicas relacionadas ao tratamento do câncer de mama no Brasil. Atualmente, possui mais de um milhão de associados, sendo a maior entidade de pacientes de câncer do mundo, superando organizações multilaterais dos Estados Unidos e União Europeia. Local: Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

- **Mês da Mulher 2014**

Durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher (março), o Hall da Taquigrafia da Câmara dos Deputados transformou-se em um palco ambientado com imagens das parlamentares que integram a Bancada Feminina. O espaço foi utilizado para diversas manifestações de movimentos sociais que buscavam homenagear o papel das mulheres na sociedade e exigir a aprovação de projetos que promovam a diminuição da disparidade social e econômica que ainda existe entre homens e mulheres.



Ato de lançamento da Plataforma das Mulheres Trabalhadoras

Memória de Reuniões

2014

11/02/2014 – Pauta: 1) Programação do Dia Internacional da Mulher para as comemorações do dia 8 de Março. 2) Definições sobre a entrega da premiação do Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha; 3) Exposição Fotográfica no Hall da Taquigrafia; 4) Sessões Solenes; 5) Agenda da Bancada Feminina para 2014; 6) Acompanhamento dos projetos da CPMI da Violência contra a Mulher no Brasil; 7) Apresentação do projeto Jovens Mulheres Líderes (PNUD e ONU Mulheres). Participaram as deputadas: Benedita da Silva; Carmen Zanotto; Érika Kokay; Fátima Bezerra; Flávia Moraes; Iara Bernardi; Janete Rocha Pietá; Jô Moraes; Keiko Ota; Luci Choinacki; Luciana Santos; Luiza Erundina; Magda Mofatto; Margarida Salomão; Nilda Gondim; Professora Dorinha; Rosane Ferreira; Rosinha da Adefal; Sandra Rosado; e a senadora Vanessa Grazziotin.

12/03/2014 – Reunião da Bancada Feminina com o Ministro da Saúde, Arthur Chioro. Participaram as deputadas: Keiko Ota, Gorete Pereira; Manuela D’Ávila; Janete Rocha Pietá; Perpétua Almeida; Érika Kokay; Rosane Ferreira; Jô Moraes; Professora Dorinha; Dalva Figueiredo; Rosinha da Adelfal; Iara Bernardi; Carmen Zanotto; Fátima Bezerra; Flávia Moraes; Elcione Barbalho; e as senadoras Ana Amélia e Ana Rita. Assuntos principais: Restrição de faixa etária imposta pelo Ministério da Saúde para realização gratuita de mamografia bilateral; proposta de decreto legislativo para revogação da Portaria 650/2014, que afrontava o disposto na Lei 1293/2013, que trata do prazo máximo de início para tratamento de pacientes com câncer pelo SUS. Local: Sala Lair Guerra – Edifício Premium.



01/04/2014 – Pauta: 1) Discussão e encaminhamento de propostas de pauta a serem encaminhadas pelas deputadas; 2) Seminário sobre Endometriose; 3) Composição da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher; 4) Pauta da CSSF: Votação de projetos relacionados a questões de gênero. Foram aprovados: PL 3595/2012 (Tratamento de Câncer de colo uterino pelo SUS) | PL 4701/2012 (Institui o Dia Nacional de Doação de Leite Humano e Semana Nacional de Doação de Leite Humano. Aprovados dia 26/03/2014; 5) Projetos Prioritários do Esforço Concentrado. Decidido votar 5 PL’s da CPMI da Violência contra a Mulher + Aposentadoria Especial das Servidoras Policiais; 6) Apresentação das 15 jovens líderes aprovadas para participar do programa do PNUD e ONU Mulheres – Jovens Mulheres Líderes. Participaram as deputadas Érika Kokay; Jô Moraes; Flávia Moraes; Magda Mofatto; Rosane Ferreira; Carmen Zanotto; e a senadora Vanessa Grazziotin.

29/04/2014 – Audiência Pública da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público com parlamentares e sindicalistas em defesa da igualdade entre homens e mulheres. O assunto é tratado no Projeto de Lei (PL) 6.653/2009, da deputada Alice Portugal (BA), e também cria mecanismos para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural.

Durante a audiência, a coordenadora da Bancada Feminina, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) argumentou que pautar os direitos das mulheres é uma briga dupla. “Primeiro por pautarmos os direitos dos trabalhadores; segundo, porque dentro disso ainda precisamos reconhecer que os direitos das mulheres são diferenciados. Mas o mais importante é que a luta das mulheres reforça a luta da classe trabalhadora como um todo. Nós não estamos querendo nada que não esteja na lei, apenas que o que está lá seja cumprido.”

06/05/2014 – Pauta: 1) Pauta legislativa da Bancada Feminina; 2) Projeto de Lei da Deputada Flávia Moraes sobre adoção; 3) Plano Nacional de Educação e a discussão de “Gênero”. Participaram as deputadas: Janete Rocha Pietá; Nilda Gondim; Jô Moraes; Keiko Ota; Cida Borghetti; Rosane Ferreira e Alexandre Roso. Convidados: Frente Nacional pela Mulher Aposentada e Pensionista; Organização Artemis.

14/05/2014 – *Reunião da Bancada Feminina com as Jovens Mulheres Hackers* para tratar sobre o próximo Hackathon da Câmara dos Deputados e da 3ª Edição do Concurso Maria da Penha, desta vez com a utilização de aplicativos para dispositivos móveis (TIC's).

20/05/2014 – *Reunião da Bancada Feminina com a ONU Mulheres*. Participaram as deputadas Maria Lúcia Prandi; Jô Moraes; e Keiko Ota.

27/05/2014 – Pauta: 1) Recepção de convidados internacionais da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA; 2) Campanha de Combate à Intolerância com a SECOM, em defesa da justiça e pela paz nas ruas.



Em plenário lotado de mulheres, igualdade no mercado de trabalho é tema de discussão.

11/03/2014 – 14h – Agenda das Mulheres Policiais – PLP 275/2001 – Ato de Apoio no Hall da Taquigrafia; 17h – Reflexões sobre Diversidade e Gênero – Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados; Palestra da Deputada Iriny Lopes com Coquetel no Salão Nobre da Câmara.

12/03/2014 – 2ª edição do Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha; 17h – Reunião da Bancada Feminina com as/os Jovens Vencedores do Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha; 18h – Cerimônia de Premiação do Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha. Local: Salão Nobre da Câmara

18/03/2014 – 10h – Palestra “Mulheres e Cuidados Defensivos: o Krav Maga”. Local: Auditório Nereu Ramos; 16h30 – Lançamento da Plataforma “Mais Mulheres no Poder”, no Hall da Taquigrafia.

19/03/2014 – 12h – Lançamento da Campanha Institucional do TSE – Sessão do Congresso Nacional. Local: Plenário do Senado Federal; 15h – Lançamento da Plataforma das Mulheres Trabalhadoras do Brasil no Hall da Taquigrafia.

25/03/2014 – 11h – Prêmio Bertha Lutz – Sessão Solene no Plenário do Senado Federal. Durante a cerimônia também aconteceu a Assinatura do Termo de adesão à Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte.

26/03/2014 – Aula inaugural do Curso “Gênero e Atuação Legislativa” no Auditório do CEFOR, Câmara dos Deputados. Presença da Diretora do Banco Mundial no Brasil, Deborah Wetzel



Deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP) em evento alusivo ao Mês da Mulher no Hall da Taquigrafia



Deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) em evento alusivo ao Mês da Mulher no Hall da Taquigrafia

Serviços Prestados
Acompanhamento Legislativo

Projetos Aprovados

- **Novo Código de Processo Civil – PL 8046/2010**

Encaminhamento aos gabinetes das deputadas de Destaques Supressivos e Emenda Aglutinativa relativa à votação do novo Código de Processo Civil. Graças ao trabalho da Secretaria da Mulher ficou garantida a manutenção de avanços quando às penalidades para aqueles que não efetuarem o pagamento de pensão alimentícia conforme estipulado pela Justiça.

- **Marco Civil da Internet**

O trabalho da Bancada Feminina foi fundamental para incluir no Marco Civil da Internet penalidades específicas para provedores de aplicações de internet que mantiverem conteúdo que tenha sido coletado em ambiente ou situação íntima que possa causar danos à mulher. Também foi incluída normativa que dispensa a ação judicial para que um provedor seja obrigado a retirar conteúdo danoso.

- **Proposições da CPMI da Violência contra a Mulher**

Graças aos esforços concentrados da Bancada Feminina, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 6013/2013, que “Altera o art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher”.

- **Aposentadoria das Mulheres Policiais – PLP 275/2001**

A atuação da Bancada Feminina foi fundamental para aprovação do Projeto de Lei Complementar 275/2001, que garante às mulheres policiais a aposentadoria após 25 anos de serviço de policiamento.

- **Atendimento às vítimas de violência sexual – Lei 12.845/2013,** oriunda do PL 60/1999, de autoria da Deputada Iara Bernardi;

- **Cirurgia plástica reparadora da mama no mesmo tempo da cirurgia – Lei 12.802/2013,** oriunda do PL 2784/2008, de autoria da Deputada Rebecca Garcia;

- **Prioridade em processos de adoção para crianças ou adolescentes com deficiência – Lei 12.955/2014**, oriunda do PL 659/2011, de autoria da Deputada Nilda Gondim;
- **Preferência para mulher no pagamento de benefícios ambientais e rurais – Lei 13.014/2014**, oriunda do PLS 44/2012, de autoria do Senador Paulo Bauer.

Ações da Secretaria da Mulher nas Comissões

- **Acompanhamento de Projetos Prioritários nas Comissões e Plenário**

Engajada em acompanhar os projetos de interesse da Bancada Feminina, a Secretaria da Mulher passou a acompanhar a votação de projetos nas Comissões e no Plenário, propondo emendas e alterações legislativas que garantam a defesa dos direitos das mulheres. *Também foi feito o acompanhamento dos projetos elencados pelas deputadas federais como prioridade.*

- **Apresentação de Emendas ao Orçamento nas Comissões:**

Atendimento às Mulheres em Situação de Violência – Nacional (Para o Exercício de 2014)

Justificativa: Emenda que tem por fim garantir o atendimento às mulheres em situação de violência, com a ampliação e fortalecimento dos serviços especializados, qualificação e fortalecimentos e integração dos serviços da rede de atendimento de forma a promover a capilaridade da oferta de atendimento, a garantia de acesso a todas as mulheres. Desta forma as mulheres ribeirinhas vão ganhar um instrumento a mais no combate à violência: os barcos para enfrentamento à violência contra as mulheres da população ribeirinha.

TOTAL: 50.000.000,00

Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Para o Exercício de 2014)

Justificativa: Os recursos da emenda destinam-se à capacitação de recursos humanos que tratam do tema da violência contra a mulher, considerando a fragilidade na formação de servidores da rede de atendimento à mulher, constatada pela Subcomissão Especial para debater o tema, a qual desenvolveu seus trabalhos em 2013.

TOTAL: 200.000.000,00

Projetos Especiais
Curso de Formação em Gênero:
“Gênero e Atuação Legislativa”

Curso de Formação em Gênero: “Gênero e Atuação Legislativa”

A Procuradoria da Mulher da Câmara Federal, com o apoio da Procuradoria da Mulher do Senado e a Coordenação da Bancada Feminina, em parceria com o Banco Mundial, ofertaram, por meio do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOR) e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia, o Curso de “Gênero e Atuação Legislativa”, voltado ao corpo técnico e político dos Legislativos federal, estaduais e municipais.

Elaborado na modalidade à distância, o curso teve o objetivo de sensibilizar e capacitar os atores políticos para as questões de gênero e direitos das mulheres, bem como sobre os impactos que as desigualdades entre mulheres e homens podem ter sobre as políticas públicas. O Curso teve duração de 50 horas-aula e foi custeado com recursos do Banco Mundial.



Lançamento do Curso Gênero e Atuação Legislativa no auditório do CEFOR: Uma parceria da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados, Banco Mundial e Universidade Federal da Bahia.

Projetos Especiais
Seminário Quintas Femininas

- **Quintas Femininas**

O Seminário Quintas Femininas é um evento mensal, promovido pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e a Procuradoria da Mulher do Senado Federal para discutir com a sociedade e especialistas temas de interesse das mulheres e aqueles que possuam transversalidade de gênero.

2013

30/10/2013 – Tema: Palestra sobre aplicação da lei 11.340/2006 – Maria da Penha. Palestrante: Dra. Márcia Teixeira – Promotora de Justiça

28/11/2013 – Tema: Violências Silenciadas e Silenciosas. Coordenação: Deputada Rosane Ferreira; Palestrantes: Dra. Tania Mara Campos de Almeida; Dra. Ana Carolina Barbosa. Local: Câmara dos Deputados



05/12/2013 – Tema: Laço Branco: Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Palestrante: Dr. Marcos Nascimento. Local: Senado Federal

2014

20/03/2014 – Tema: Avanço das Estruturas Legislativas relacionadas às mulheres Coordenação: Senadora Vanessa Grazziotin, Procuradora da Mulher do Senado; Deputada Elcione Barbalho, Procuradora da Mulher da Câmara; Deputada Jô Moraes, Coordenadora da Bancada Feminina; Tânia Mara Campos de Almeida, Coordenadora do NEPeM/UnB; Representantes da SPM, SEPPIR, ONU Mulheres, Banco Mundial. Local: Interlegis – Senado Federal OBS: Transmissão online por videoconferência para algumas assembleias e por vídeo streaming com link disponível para toda a rede de internet.

24/04/2014 – Tema: Condições e Contradições do Trabalho Doméstico; Subtemas: Panorama do trabalho doméstico no Brasil; Situação da PEC das Domésticas Coordenação: Deputada Benedita da Silva; Palestrantes: Angela Nascimento (Seppir); Thiago Cortez (Secretaria de Transparência do Senado Federal); Angela Lúcia Silva Figueiredo (Nepem/UFBA) Local: Câmara dos Deputados

08/05/2014 – Tema: Atividade das parteiras tradicionais Coordenação: Deputada Janete Capiberibe; Subtemas: Situação das Parteiras no Brasil; Propostas de projetos de lei sobre as parteiras. Coordenação: Deputada Janete Capiberibe; Palestrantes: Profa. Dra. Silvéria Santos (Depto. Enfermagem UnB); Jussara Vieira (Casa de Parto de São Sebastião/DF); Maria Luiza Dias (Presidente da Rede Estadual das Parteiras do Amapá); Juliana Resende Silva Monteiro (Enfermeira e Doula). Local: Senado Federal

07/08/2014 – Tema: 8 Anos da Lei Maria da Penha. Palestrantes: Delegada adjunta da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do DF, Patrícia Simone Bozolan, Thiago Cortez (Secretaria de Transparência do Senado Federal).

25/09/2014 – Tema: 1ª Mesa Redonda Virtual – Participação Feminina na Política; Palestrantes: jornalista e doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp, Maíra Kubík Mano; pesquisador titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ence/IBGE), José Eustáquio Diniz Alves; e a professora do Mestrado em Poder Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), analista legislativa da Câmara e diretora de Igualdade de Gênero do Sindilegis, Giovana Dal Bianco Perlin. Local: Laboratório Hacker.



Reunião da Bancada Feminina com mulheres hackers para dar início ao projeto do Hackathon de Gênero e Cidadania. Da esquerda para a direita: Boris Utria, Diretor de Operações Financeiras do Banco Mundial; deputada Rosane Ferreira; deputada Janete Rocha Pietá.

Projetos Especiais
Concursos

2013

- **Concurso de Curta Documentário Sobre a Lei Maria da Penha**

As Procuradorias da Mulher da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em conjunto com a Bancada Feminina, realizaram, com apoio do Banco Mundial, a segunda edição do Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha.

Com o tema “Você conhece alguma história de violência contra a mulher? Grave um vídeo! Compartilhe com o mundo!”, a iniciativa teve o objetivo de chamar atenção para o problema da violência de gênero de uma forma criativa e inovadora, ao mesmo tempo em que colheu as impressões da sociedade sobre uma das mais importantes legislações brasileiras.

Na segunda edição, o concurso teve foco na educação e foi especialmente voltado aos alunos do ensino médio, com idade entre 14 e 18 anos, de escolas públicas e privadas, estimulando que o debate sobre a violência doméstica entre nas salas de aula.

Os alunos produziram um vídeo, de até cinco minutos, por meio de celular, ou câmera digital, e postaram em um site de carregamento de arquivos (Youtube, Vimeo, Soundcloud, entre outros). O evento premiou seis alunos (um por região e outro por júri popular) e seis professores responsáveis pelos trabalhos, com um tablet cada e uma viagem a Brasília para conhecer a capital e participar da cerimônia de premiação, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher do Congresso Nacional, em Março de 2014.

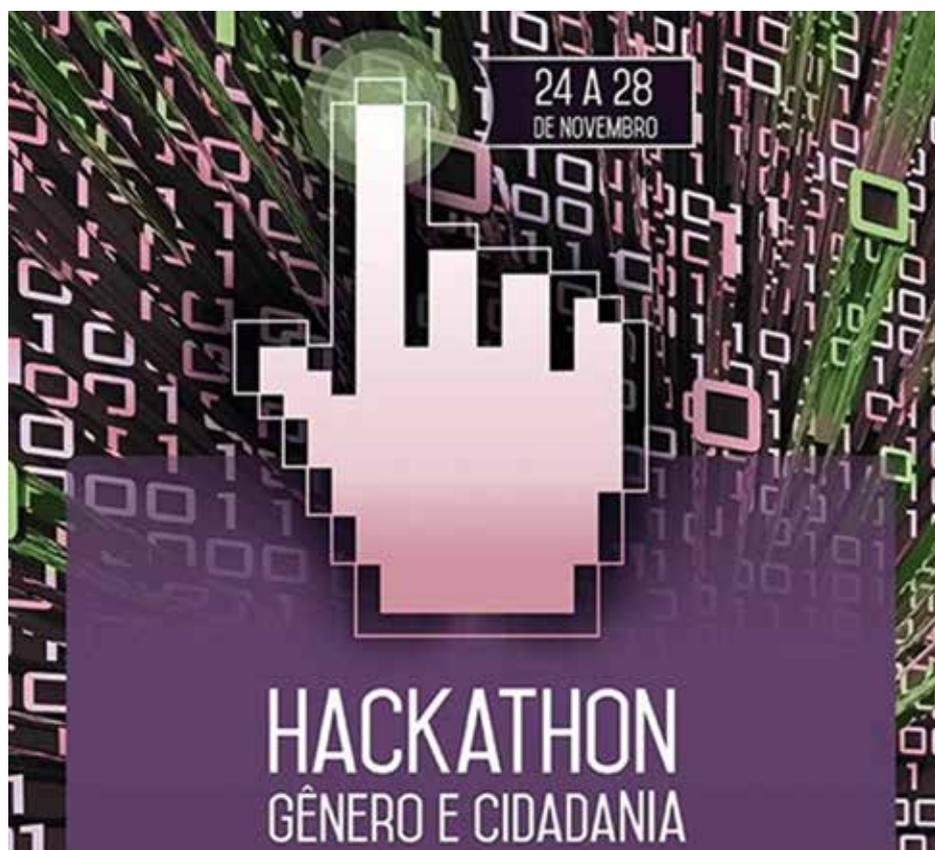


Entrega da premiação aos estudantes, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

2014

- **Hackathon de Gênero e Cidadania**

Hackathon é um evento realizado pelo Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados para estimular o desenvolvimento de soluções informáticas e interativas por membros da sociedade que dominem o conhecimento sobre as novas tecnologias da informação. No primeiro Hackathon, realizado em 2013, os participantes tinham que desenvolver aplicativos para aumentar a transparência do trabalho parlamentar e ampliar a compreensão do processo legislativo. Em 2014, graças ao trabalho da Secretaria da Mulher, o desafio será desenvolver aplicativos que possam contribuir para reduzir a violência contra a mulher e fortalecer as políticas de gênero. A segunda rodada do Hackaton acontecerá de 24 a 28 de novembro. Na edição deste ano, em todas as equipes, pelo menos um dos componentes deverá ser do sexo feminino ou transgênero.





Hackers e Pesquisadoras (es) acompanham discussões sobre gênero no Salão Branco do Congresso Nacional

Projetos Especiais
Relações Internacionais

Relações Internacionais e Intercâmbio de Experiências

2013

Reunião da Bancada Feminina com Delegação Parlamentar do Reino Unido

09/09/2013 – Pauta: 1) a importância da mulher no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil e o interesse de mobilizar apoio de assistência técnica e financeira internacional para políticas de gênero; 2) intercâmbio de experiências parlamentares entre o Brasil e o Reino Unido para a ampliação da participação da mulher na política; 3) organização de uma Conferência Internacional de Parlamentares sobre o Combate à Violência Doméstica e Familiar; 4) outros.

Reunião com a delegação dos governos do Quênia e de Uganda

06/11/2013 – Reunião da Bancada Feminina grupo de oficiais dos governos do Quênia e de Uganda, que fazem parte da National Gender and Equality Commission of Kenya e da Equal Opportunities Commission of Uganda, com o objetivo de conversar sobre os desafios para mulheres chegarem ao poder, e questões relacionadas aos direitos das mulheres e ao avanço da agenda dos direitos da mulher.



Representantes da Bancada Feminina e a delegação de parlamentares do Quênia e Uganda

Reunião com a delegação mulheres Parlamentares de Cabo Verde

19/11/2013 – Reunião com a delegação mulheres Parlamentares de Cabo Verde para dialogar sobre a experiência da Bancada Feminina brasileira com relação a questões orçamentárias e legislativas.

Fórum Global de Mulheres dos Parlamentos

De 27 a 29/11/2013 – Encontro Anual / Fórum Global de Mulheres dos Parlamentos Local: Bruxelas; Deputadas: Elcione Barbalho, Gorete Pereira, Jô Moraes, Nilda Gondim, Rosinha da ADEFAL.

2014

Reunião com a Delegação do Grupo Parlamentar França-Brasil

02/09/2014 – Reunião convocada para tratar de assuntos relacionados à mulher e promover a troca de experiências entre parlamentares franceses e a Bancada Feminina. Participantes: Senadora Laurence Cohen (Grupo Comunista Republicano e Cidadão); Senador Nicolas Alfonsi (Grupo Parlamentar do Agrupamento Democrático e Social Europeu); Senador Georges Patient (Grupo Socialista e Afiliados); Senadora Leila Aichi (Grupo Ecologista); Senador Michel Savin (Grupo União por um Movimento Popular). Sra. Claire Brésard (Secretária Executiva); deputada Rosane Ferreira (PV-PR); deputada Jô Moraes (PCdoB-MG); senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Sala de Reuniões da Mesa Diretora

**Reuniões para
Estruturação da Secretaria
da Mulher e Ações Gerais**

2013

07/08/2013 – 1) Apresentação da representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman; 2) Discussão sobre a reforma política. Menção ao projeto elaborado pela OAB; 3) Campanha de filiação das mulheres: de 4 de setembro até 4 de outubro; 4) Menção à PEC 590/06. Necessidade de ser colocada em pauta.

27/08/2013 – Apresentação do primeiro produto entregue à Procuradoria da Mulher da Câmara pela empresa de consultoria Trajetórias, o Relatório de Diagnóstico. Início das discussões sobre mudança de escopo do planejamento estratégico para incluir toda a estrutura da Secretaria da Mulher.

03/09/2013 – Pauta: 1) Debate sobre a reforma política com apresentação de projeto elaborado pela sociedade civil; 2) Curso do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância – Edição 2014 – Universidade de Harvard e Fundação Maria Cecília; 3) Informações sobre a campanha de mídia para filiação política das mulheres.

08/10/2013 – Pauta: 1) Projetos Prioritários das deputadas da Bancada Feminina; 2) Projetos sobre gênero; 3) Núcleos Temáticos; 4) Outros.

05/11/2013 – Pauta: 1) Posição da Bancada com relação ao Art. 542 do Código de Processo Civil, sobre pensão alimentícia; 2) Acompanhamento da situação da Sra. Mara Rúbia.

03/12/2013 – Pauta: 1) Novo Código de Processo Civil com a presença do relator, deputado Paulo Teixeira (PT-SP); 2) Discussão sobre a Comissão Geral para debater o Fim da Violência contra a Mulher.

04/12/2013 – *Comissão Geral* para Discutir o Resultado do Relatório da CPMI que discutiu a Violência Contra a Mulher no Brasil, Expor um balanço do programa Mulher, Viver Sem Violência e comemorar o Dia dos Homens pela Não Violência contra a Mulher. Estiveram presentes as ministras Eleonora Menicucci e a Luiza Bairros.



Para dar visibilidade ao trabalho das deputadas federais, a Secretaria da Mulher lançou o Informativo da Bancada Feminina, que além de ações institucionais, divulga as ações dos mandatos parlamentares, independente da temática. Tornou-se um mecanismo para promover a atuação das deputadas federais mensalmente. É distribuído a todos os órgãos da administração pública federal, movimentos sociais e para os gabinetes de deputados e senadores.

Anexo I

Resolução 31, de 10 de julho de 2013

RESOLUÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 31, DE 2013

Altera o Capítulo II-A do Título II e o art. 243 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, para dispor sobre a Secretaria da Mulher, a Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher; altera a Resolução nº 1 de 2007; e dá outras providências.

Faço saber que a CÂMARA DOS DEPUTADOS aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O Capítulo II-A do Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO II-A DA SECRETARIA DA MULHER

‘Art. 20-A. A Secretaria da Mulher, composta pela Procuradoria da Mulher e pela Coordenadoria dos Direitos da Mulher, sem relação de subordinação entre elas, é um órgão político e institucional que atua em benefício da população feminina brasileira, buscando tornar a Câmara dos Deputados um centro de debate das questões relacionadas à igualdade de gênero e à defesa dos direitos das mulheres no Brasil e no mundo.

Parágrafo único. (Revogado).’ (NR)

‘Art. 20-B. A Procuradoria da Mulher será constituída de 1 (uma) Procuradora e de 3 (três) Procuradoras Adjuntas, eleitas pelas deputadas da Casa, na primeira quinzena da primeira e da terceira sessões legislativas da legislatura, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado);

IV – (revogado).

§ 1º Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

§ 2º As Procuradoras Adjuntas, que deverão pertencer a partidos distintos, terão a designação de Primeira, Segunda e Terceira e, nessa ordem, substituirão a Procuradora em seus impedimentos, colaborarão no cumprimento das atribuições da Procuradoria, podendo, ainda, receber delegações da Procuradora.

§ 3º A eleição da Procuradora e das Procuradoras Adjuntas far-se-á em votação por escrutínio secreto, exigindo-se maioria absoluta de votos em primeiro escrutínio, e, maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta das deputadas da Casa.

§ 4º Se vagar o cargo de Procuradora ou de Procuradora Adjunta, proceder-se-á à nova eleição para escolha da sucessora, salvo se faltarem menos de 3 (três) meses para o término do mandato, caso em que será provido na forma indicada no § 2º deste artigo.'

'Art. 20-C. A Coordenadoria dos Direitos da Mulher será constituída de 1 (uma) Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher e 3 (três) Coordenadoras Adjuntas, eleitas pelas deputadas da Casa, na primeira quinzena da primeira e da terceira sessões legislativas da legislatura, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 1º Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

§ 2º As Coordenadoras Adjuntas, que deverão pertencer a partidos distintos, terão a designação de Primeira, Segunda e Terceira e, nessa ordem, substituirão a Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher, em seus impedimentos, colaborarão no cumprimento das atribuições da Coordenadoria, podendo, ainda, receber delegações da Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher.

§ 3º A eleição da Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher e das Coordenadoras Adjuntas far-se-á em votação por escrutínio secreto, exigindo-se maioria absoluta de votos em primeiro escrutínio; e, maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta das deputadas da Casa.

§ 4º Se vagar o cargo de Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher ou de Coordenadora Adjunta, proceder-se-á à nova eleição para escolha da sucessora, salvo se faltarem menos de 3 (três) meses para o término do mandato, caso em que será provido na forma indicada no § 2º deste artigo.'

'Art. 20-D. Compete à Procuradoria da Mulher, além de zelar pela participação das deputadas nos órgãos e nas atividades da Câmara dos Deputados:

I – propor medidas destinadas à preservação e à promoção da imagem e da atuação da mulher na Câmara dos Deputados e no Poder Legislativo;

II – receber, examinar denúncias de violência e discriminação contra a mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes;

III – fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo federal que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como à implementação de campanhas educativas e anti-discriminatórias de âmbito nacional;

IV – cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a mulher;

V – promover pesquisas e estudos sobre direitos da mulher, violência e discriminação contra a mulher, e sobre o déficit da sua representação na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às Comissões da Câmara dos Deputados;

VI – receber convites e responder a correspondências destinadas à Procuradoria da Mulher;

VII – atender autoridades, no âmbito da sua competência, especialmente parlamentares mulheres e suas delegações nacionais e internacionais, em suas visitas à Câmara dos Deputados e também encaminhar suas demandas aos órgãos competentes;

VIII – *participar, juntamente com a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, de solenidades e eventos internos na Casa que envolvam políticas para a valorização da mulher;*

IX – *representar a Câmara dos Deputados em solenidades e eventos nacionais ou internacionais especificamente destinados às políticas para a valorização da mulher, mediante designação da Presidência da Câmara.*

‘Art. 20-E. Compete à Coordenadoria dos Direitos da Mulher:

I – participar, com os Líderes, das reuniões convocadas pelo Presidente da Câmara dos Deputados, com direito a voz e voto;

II – usar da palavra, pessoalmente ou por delegação, durante o período destinado às Comunicações de Liderança, por 5 (cinco) minutos, para dar expressão à posição das deputadas da Casa quanto à votação de proposições e conhecimento das ações de interesse da Coordenadoria;

III – receber convites e responder a correspondências destinadas à Coordenadoria;

IV – convocar periodicamente reunião das deputadas da Casa para debater assuntos pertinentes à Coordenadoria;

V – elaborar as prioridades de trabalho e o calendário de reuniões a ser aprovado pela maioria das deputadas da Casa;

VI – organizar e coordenar o programa de atividades das deputadas da Casa;

VII – constituir e organizar os grupos de trabalho temáticos;

VIII – examinar estudos, pareceres, teses e trabalhos que sirvam de subsídios para suas atividades;

IX – atender autoridades, no âmbito da sua competência, especialmente parlamentares mulheres e suas delegações nacionais e internacionais, em suas visitas à Câmara dos Deputados e também encaminhar suas demandas;

X – promover a divulgação das atividades das deputadas da Casa no âmbito do Parlamento e perante a sociedade;

XI – participar, juntamente com a Procuradoria da Mulher, de solenidades e eventos internos na Casa que envolvam políticas para a valorização da mulher;

XII – representar a Câmara dos Deputados em solenidades e eventos nacionais ou internacionais especificamente destinados às políticas para a valorização da mulher, mediante designação da Presidência da Câmara dos Deputados.’ (NR)

Art. 2º O art. 243 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 243. O Suplente de Deputado, quando convocado em caráter de substituição, não poderá ser escolhido para os cargos da Mesa ou de Suplente de Secretário, para Presidente ou Vice-Presidente de Comissão, para integrar a Procuradoria Parlamentar, para Ouvidor-Geral ou Ouvidor-Substituto, para Corregedor ou Corregedor Substituto, para Procuradora da Mulher ou Procuradora Adjunta ou para Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher ou Coordenadoras Adjuntas.” (NR)

Art. 3º Para o cumprimento do estabelecido no Capítulo II-A do Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, a Câmara dos Deputados colocará à disposição da Secretaria da Mulher estrutura administrativa e todos os recursos necessários, especialmente os do Centro de Informática, da Secretaria de Comunicação Social, dos órgãos de assessoramento institucional e da Diretoria Legislativa.

Parágrafo único. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Secretaria da Mulher terá ampla divulgação pelos órgãos de comunicação da Câmara.

Art. 4º O caput do art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 1, de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os Cargos em Comissão de Natureza Especial – CNE têm por finalidade a prestação de serviços de assessoramento exclusivamente à Mesa e às Suplências, às Lideranças, às Comissões, à Procuradoria Parlamentar, à Ouvidoria Parlamentar, à Corregedoria Parlamentar, ao Centro de Estudos e Debates Estratégicos, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, à Liderança da Minoria no Congresso, à Secretaria da Mulher e aos órgãos administrativos da Casa, conforme consta dos Anexos I, II, III e IV desta Resolução.

.....” (NR)

“Art. 2º

Parágrafo único. É vedada a substituição do registro de frequência diária do servidor por comunicação de frequência de qualquer espécie, exceto para os Secretários Particulares da Mesa e das Suplências, das Lideranças, da Procuradoria Parlamentar, da Ouvidoria Parlamentar, da Corregedoria Parlamentar, do Centro de Estudos e Debates Estratégicos e da Secretaria da Mulher, bem como de ocupantes de outros 2 (dois) Cargos de Natureza Especial, níveis CNE-7 ou CNE-9, a critério dos titulares da Mesa Diretora e dos Líderes de Partido.” (NR)

Art. 5º Ficam extintos os Cargos em Comissão de Natureza Especial na forma do Anexo I.

Art. 6º Ficam criadas as funções comissionadas e os Cargos de Natureza Especial na forma do Anexo II.

Art. 7º Fica alterado o Anexo I da Resolução nº 1, de 2007, em razão dos cargos de natureza especial destinados à Secretaria da Mulher.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 10 de julho de 2013.

HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

Anexo II

Proposições de interesse das mulheres que se tornaram lei na 54ª Legislatura

Proposição	Relevância de Gênero	Ementa	Autor	Norma Jurídica
PL 4486/2001	Estende direito de visita aos avós	Acrescenta parágrafo único ao art. 15 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio) e dá nova redação ao inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estender aos avós o direito de visita aos próprios netos.	Senado Federal – Luzia Toledo (PSDB/ES)	Lei Ordinária 12398/2011
PL 6383/2009	Obriga, na expedição de diplomas, flexão de gênero referente ao sexo do diplomado	Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Explicação: Possibilita ao diplomado requerer a reemissão gratuita dos diplomas.	Senado Federal – Serys Slhessarenko (PT/MT)	Lei Ordinária 12605/2012
MPV 561/2012	Dá direito do imóvel adquirido no âmbito do Minha Casa Minha Vida à mulher e que esta ter	Altera, entre outras, a Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, Explicação: Altera critérios de financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida; estabelece que a mulher terá direito ao imóvel do Programa em caso de divórcio ou dissolução de união estável.	Poder Executivo	Lei Ordinária 12693/2012
PL 3887/1997	Prazo de 60 dias para início do tratamento do câncer	Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início.	Senado Federal – Osmar Dias (PSDB/PR)	Lei Ordinária 12732/2012

<p>PL 2793/2011</p>	<p>Lei Carolina Dieckmann – tipifica crimes informáticos</p>	<p>Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos e dá outras providências. NOVA EMENTA: Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.</p>	<p>Paulo Teixeira (PT/SP)</p>	<p>Lei Ordinária 12737/2012</p>
<p>PL 2784/2008</p>	<p>Cirurgia plástica reparadora da mama no mesmo tempo da cirurgia</p>	<p>Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer”. Explicação: Possibilita a reconstrução no mesmo tempo da cirurgia.</p>	<p>Rebecca Garcia (PP/AM)</p>	<p>Lei Ordinária 12802/2013</p>
<p>PL 7158/2010</p>	<p>Estabilidade de empregada gestante durante aviso prévio – na CLT</p>	<p>Acrescenta art. 391-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante, prevista no art. 10, II, “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Garantindo estabilidade provisória à empregada gestante, inclusive no período do aviso prévio trabalhado ou indenizado.</p>	<p>Senado Federal – Marcelo Crivella (PRB/RJ)</p>	<p>Lei Ordinária 12812/2013</p>

MPV 590/2012	Amplia beneficiários do Brasil Carinhoso. Inclui faixa de 7 a 15 anos para recebimento do Bolsa Família	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para ampliar a idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do Benefício para Superação da Extrema Pobreza, e dá outras providências.	Poder Executivo	Lei Ordinária 12817/2013
PRC 202/2013	Cria a Secretaria da Mulher	Altera o Capítulo II-A do Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, para dispor sobre a Secretaria da Mulher, a Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher e dá outras providências.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Resolução da Câmara dos Deputados 31/2013
PL 60/1999	Atendimento às vítimas de violência sexual	Dispõe sobre o atendimento às vítimas de violência sexual. NOVA EMENTA: Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Explicação: Estabelece que o atendimento deverá ser imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento do ponto de vista físico e emocional da vítima.	Iara Bernardi (PT/SP)	Lei Ordinária 12845/2013

<p>MPV 615/2013</p>	<p>Autoriza a SPM, por meio do BB, a financiar a rede de atendimento à mulher em situação de violência</p>	<p>Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica (...); autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência (...) Explicação: Altera a Lei nº 12.666, de 2012.</p>	<p>Poder Executivo</p>	<p>Lei Ordinária 12865/2013</p>
<p>PL 791/2007</p>	<p>Divórcio consensual no exterior</p>	<p>Acrescenta parágrafos ao art. 18 do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Explicação: Autoriza as autoridades consulares celebrarem a separação consensual e o divórcio consensual de brasileiros no exterior.</p>	<p>Walter Ihoshi (PFL/SP)</p>	<p>Lei Ordinária 12874/2013</p>
<p>PL 659/2011</p>	<p>Prioridade em processos de adoção para crianças ou adolescentes com deficiência:</p>	<p>Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 1990, para estabelecer prioridade em processo de adoção nos casos que especifica</p>	<p>Nilda Gondim (PMDB/PB)</p>	<p>Lei Ordinária 12955/2014</p>

PLP 275/2001	Aposentadoria Especial da Mulher Policial	Atualiza a ementa e altera o art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial. Explicação: Regulamentando a Constituição Federal de 1988.	Senado Federal – Romeu Tuma (PFL/SP)	Lei Complementar 144/2014
PL 5746/2009	Dia da Mulher Negra	Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra”.	Senado Federal – Serys Slhessarenko (PT/MT)	Lei Ordinária 12987/2014
PLP 59/1999	Garante a estabilidade provisória de quem detiver guarda de filhos de trabalhadora em caso de morte	Estende os direitos assegurados à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.	Nair Xavier Lobo (PMDB/GO)	Lei Complementar 146/2014
PL 4284/2012	Preferência para a mulher no pagamento de benefícios ambientais e rurais	Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar.	Senado Federal – Paulo Bauer (PSDB/SC)	Lei Ordinária 13014/2014

PL 6013/2013	Transfere o Disque 180 para a SPM	Altera o art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.	Senado Federal – CPMI – Violência contra a Mulher – 2012	Lei Ordinária 13025/2014
PL 1098/2007	Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata	Altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença.	Senado Federal – Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	Lei Ordinária 13045/2014

Anexo III

Bancada Feminina da 54ª Legislatura (2011-2015)

Deputadas Federais Eleitas nas Eleições de 2010 para a
54ª Legislatura (2011-2015)

 <p>ANTÔNIA LÚCIA PSC - AC</p>	 <p>PERPÉTUA ALMEIDA PCdoB - AC</p>	 <p>ROSINHA DA ADEFAL PTdoB - AL</p>
 <p>REBECCA GARCIA PP - AM</p>	 <p>DALVA FIGUEIREDO PT - AP</p>	 <p>FÁTIMA PELAES PMDB - AP</p>
 <p>JANETE CAPIBERIBE PSB - AP</p>	 <p>ALICE PORTUGAL PCdoB - BA</p>	 <p>GORETE PEREIRA PR - CE</p>



ERIKA KOKAY
PT - DF



JAQUELINE RORIZ
PMN - DF



IRINY LOPES
PT - ES



LAURIETE
PSC - ES



ROSE DE FREITAS
PMDB - ES



SUELI VIDIGAL
PDT - ES



FLÁVIA MORAIS
PDT - GO



ÍRIS DE ARAÚJO
PMDB - GO



ANA ARRAES
PSB - PE



NICE LOBÃO
PSD - MA



JÔ MORAES
PCdoB - MG



CELIA ROCHA
PTB - AL



ELCIONE BARBALHO
PMDB - PA



NILDA GONDIM
PMDB - PB



LUCIANA SANTOS
PCdoB - PE



IRACEMA PORTELLA
PP - PI



CIDA BORGHETTI
PROS - PR



ROSANE FERREIRA
PV - PR



ANDREIA ZITO
PSDB - RJ



BENEDITA DA SILVA
PT - RJ



JANDIRA FEHALI
PCdoB - RJ



LILIAM SÁ
PROS - RJ



FÁTIMA BEZERRA
PT - RN



SANDRA ROSADO
PSB - RN



MARINHA RAUPP
PMDB - RO



MANUELA D'ÁVILA
PCdoB - RS



MARIA DO ROSÁRIO
PT - RS



LUCI CHOINACKI
PT - SC



ALINE CORRÊA
PP - SP



BRUNA FURLAN
PSDB - SP



TERESA SURITA
PMDB - RR



JANETE ROCHA PIETÁ
PT - SP



KEIKO OTA
PSB - SP



LUIZA ERUNDINA
PSB - SP



MARA GABRILLI
PSDB - SP



PROFESSORA DORINHA
SEABRA REZENDE
DEM - TO

Deputadas Federais Suplentes que assumiram o mandato durante a 54ª Legislatura



MAGDA MOFATTO
PR - GO



MARGARIDA SALOMÃO
PT - MG



IARA BERNARDI
PT - SP



MARIA LUCIA PRANDI
PT - SP



CARMEN ZANOTTO
PPS - SC



DRA ELAINE ABISSAMRA
PSB - SP



ELIANE ROLIM
PT - RJ



GOIACIARA CRUZ
PR - TO



MARINA SANTANNA
PT - GO



NILMAR RUIZ
PEN - TO



PROFESSORA MARCIVANIA
PT - AP



ROMANNA REMOR
PMDB - SC



SOLANGE ALMEIDA
PMDB - RJ



TELMA PINHEIRO
PSDB - MA

Equipe Técnica da Secretaria da Mulher (2013/2014)

Lin Israel dos Santos	Chefe de Gabinete
Valéria Costa Bilaffan	Assessora Jurídica
Gerson Luiz Scheidweiler Ferreira	Assessor Técnico
Iara Cordeiro	Assessora Técnica
Marília Ribas Ramalho Órfão	Assessora Técnica
Clara Monteiro de Castro Pinto	Assessora Técnica
Talita Victor	Assessora Técnica
Luciana Rubino	Assessora Técnica
Ângelo Bosco Machado de Andrade	Assessor Técnico
Nilma Martins Calazans	Chefe de Serviço Administrativo
Livia Mesencio Barini Shiraishi	Assessora Técnica
Paula Rincón	Assessora Técnica
Candyce Rocha	Assessora Técnica
Adelaide Santos Dutra	Assessora Técnica
Alex Anderson Nunes da Costa	Assessor Técnico
Maria Luiza Dell'osso De Oliveira	Assessora Técnica
Nadla Vieira	Menor Aprendiz
Leonatan Silva	Menor Aprendiz

Secretaria da
Mulher



CÂMARA DOS
DEPUTADOS